



COMISSÃO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RECOMENDAÇÃO

CONSIDERANDO que os atuais problemas ecológicos e sua interrelação com os problemas sociais no decorrer do último século são resultados da expansão industrial, do crescimento da explosão social e da emergência da sociedade de consumo;

RECONHECENDO que as questões ambientais, como tudo aquilo que concerne as ações do governo, requerem informação, educação, conscientização e participação de toda a população;

RECONHECENDO que é necessário combater internacionalmente modos de produção e de consumo que lesem o meio ambiente e que prejudiquem o desenvolvimento humano;

LEVANDO em conta os acordos subscritos na Cúpula Mundial do Rio, os Acordos de Kioto e avaliando as propostas geradas na Cúpula Mundial de Johannesburgo;

Nós, parlamentares da COPA:

EXIGIMOS o reconhecimento do desenvolvimento sustentável como eixo fundamental de toda política pública;

REQUEREMOS o fortalecimento do protagonismo social que tenda gerar justiça ambiental como equivalente à justiça social;

EXIGIMOS implantar políticas agrícolas sustentáveis que salientem a produção familiar, comunitária e de média escala;

AFIRMAMOS que a legislação ambiental deve incentivar a agricultura sustentável;

AFIRMAMOS que a água é patrimônio da humanidade e essencial para a vida e, para tanto, o Estado tem a responsabilidade de promover sua disponibilidade de maneira sustentável;

ASSUMIMOS o compromisso de gerar o marco normativo para que os Estados possam induzir uma reestruturação ecológica do setor industrial;

EXIGIMOS que nossos governos promovam o ecoturismo vinculado à preservação, à educação ambiental e ao desenvolvimento econômico das comunidades locais;

PROPOMOS incentivar o desenvolvimento de fontes de energia renováveis, a preservação e a racionalização do uso de energia, assim como a produção de tecnologia para equipamentos que economizem o consumo energético;

INICIAREMOS um debate em nível continental sobre a uniformidade da legislação relativa à biodiversidade, à luta contra a pirataria biológica e o estabelecimento de um código de bioética que garanta a integridade nacional, assim como o estabelecimento de políticas de cooperação (tecnológica e ambiental) que permitam construir uma cidadania ambiental eficaz, em relação ao respeito pela vida, pelo uso racional e pelo desenvolvimento sustentável;

RATIFICAMOS nossa convicção sobre a importância de que todos os governos do continente americano firmem a adesão ao Protocolo de Kioto;

REQUEREMOS que os governos locais apliquem a Agenda 21;

EXIGIMOS igualmente que nossos governos intensifiquem a luta contra a pobreza em todas as suas formas e implementem políticas educativas para sensibilizar a população em relação à importância do respeito do meio ambiente, e que intensifiquem a aplicação da tecnologia a serviço da qualidade de vida.